STUDIES PUBLICAÇÕES
Studies in Social Sciences Review
ISSN: 2764-085X

O trabalho feminino precarizado - um estudo no Brasil e em Portugal

Precarized female work - a study in Brazil and Portugal

DOI: 10.54018/sssrv3n2-010

Recebimento dos originais: 03/02/2022
Aceitação para publicação: 03/03/2022

Ana Lúcia Alencar Burgos
Pós- doutoranda em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Instituição: Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
E-mail: anaburgos@gmail.com

RESUMO
A categoria gênero contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades entre homens e mulheres, de modo histórico e relacional, para que não se incorra no erro de deixar de identificar os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres (SAFIOTTI, 1992). O conceito de gênero foi, segundo Scott (1990, p.5), criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. Desse modo, o conceito de gênero ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem um de seus componentes centrais, as desigualdades de poder. Nas sociedades ocidentais, marcadas também por outros 'sistemas de desigualdade, como apontado pela abordagem pós-estruturalista, é possível constatar, no entanto, que o padrão dominante nas identidades de gênero de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada (CARVALHO, 1998). Abordaremos dois estudos de caso sobre o trabalho feminino precarizado no Brasil. O primeiro estudo foi realizado no Condomínio Urupiara, localizado em Alagoinhas/Bahia/'Brasil. Os dados retratam que a maioria da população é formada por mulheres jovens com baixa escolaridade e com uma renda de 1 S.M. Nesta área não se encontra os serviços públicos necessários para os moradores, com exceção dos equipamentos de lazer (parques e praças) e equipamento esportivo. O segundo estudo de caso no Brasil foi realizado no Condomínio Volterra, localizado na cidade de Duque de Caxias, baixada fluminense, do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Os dados retratam também que a maioria da população é formada por mulheres jovens, com renda de até 2 S.M e baixa escolaridade. Concluímos com o estudo que o Trabalho Precarizado é em sua maioria de natureza feminina, que resulta na pauperização feminina no mundo contemporâneo, e está presente na maioria das cidades brasileiras e também em Portugal, em virtude de um processo histórico cultural, onde ainda existe menos oportunidades de trabalho e menor renda para as mulheres, principalmente para as mulheres pobres e negras. Esta precarização ocorre ainda devido se associar o trabalho doméstico ao das mulheres.

Palavras-chave: pobreza, trabalho, desigualdades sociais.

ABSTRACT
The category gender contributes to denaturalize and historicize the inequalities between men and women, in a historical and relational way, so as not to make the mistake of failing to identify the different powers held and suffered by men and women (SAFIOTTI, 1992). The concept of gender was, according to Scott (1990, p.5), created to oppose a biological determinism in the relations between the sexes, giving them a fundamentally social character. Thus, the concept of gender, by emphasizing the social relations between the sexes, allows the apprehension of inequalities between men and women, which involve one of its central components, the inequalities of power. In Western societies, also marked by other 'systems of inequality, as pointed out by the post-structuralist approach, it is possible to see, however, that the dominant pattern in the gender identities of adults involves a situation of subordination and domination of women, both in the public and private spheres (CARVALHO, 1998).We will address two case studies on precarized female labor in Brazil. The first study was carried out in the Urupiara Condominium, located in Alagoinhas/Bahia/'Brazil. The data portrays that the majority of the population is made up of young women with low schooling and an income of 1 S.M. In this area one cannot find the necessary public services for the residents, with the exception of leisure equipment (parks and squares) and sports equipment. The second case study in Brazil was carried out in the Volterra Condominium, located in the city of Duque de Caxias, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro State, Brazil. The data also portrays that the majority of the population is composed of young women, with an income of up to 2 S.M. and low education levels. We conclude with this study that Precarious Work is mostly female in nature, which results in the pauperization of women in the contemporary world, and is present in most Brazilian cities and also in Portugal, due to a historical cultural process, where there are still fewer job opportunities and lower income for women, especially for poor and black women. This precariousness also occurs because domestic work is associated with women's work.

Keywords: poverty, work, social inequalities.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho cada vez mais é precarizado e se intensifica a exploração do trabalho. Gera a competitividade e o desafio de sobrevivência das empresas capitalistas. Com a atribuição e a definição de papéis sociais e de espaços diferenciados para atuação profissional, a divisão sexual do trabalho não somente é utilizada para separar atividades de homens e mulheres, mas ainda de classificá-los. A partir das condições objetivas e subjetivas dos papéis que ocupam socialmente e do modo desigual como são construídas as relações, as mulheres não possuem acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos bens, de maneira geral.

O trabalho feminino se inicia no trabalho doméstico desde os primórdios dos séculos. As mulheres eram referidas como “a do lar”, que exerce alguma atividade dentro da casa, atividade de cuidado, de assistência, responsável pela educação dos filhos, etc. As atividades fora da casa, na rua, eram designadas aos

homens. Portanto já observávamos a precarizacão do trabalho feminino no trabalho doméstico.

O trabalho não remunerado desenvolvido no espaço doméstico de cuidado do próprio domicílio, de filhos, idosos, doentes, é uma atividade que contribui para a produção e reprodução da vida e que gera valor. Exclui-se, portanto, já de imediato, pouco menos de metade das mulheres que, por razões diversas, mas especialmente por conta das responsabilidades domésticas, não conseguem lançar-se ao mercado de trabalho (CISNE, 2014).

No Brasil, entre os anos de 1998 e 2006, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou em 37% (22% para os homens). As mulheres representam hoje cerca de 40%s das pessoas sindicalizadas no país (em 1998 eram 35%). Ocorreu em todos os setores da economia, inclusive entre os trabalhadores rurais. Segundo o departamento feminino da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para lutar pela remuneração igualitária, a CUT colocou a questão das mulheres. As mulheres estão se filiando na CUT para lutar pela remuneração igual à dos homens nas relações de trabalho e em busca de melhorias nas condições gerais de trabalho (Folha de São Paulo, 08/10/2008).

O golpe militar de 25 de abril de 1974 em Portugal abre portas à entrada em cena de milhões de trabalhadores, iniciando uma situação revolucionária em Portugal de tipo democrático. São as lutas pelas liberdades democráticas, o ódio à ditadura, que determinam a entrada em cena dos trabalhadores e sectores intermédios da sociedade, contra, aliás, as ordens da própria direção militar que tinha posto fim à ditadura, o MFA (Movimento das Forças Armadas).

Em Portugal, no ano de 2018, temos 59,0% do total de trabalhadores empregados, sendo que 34,0% possuem menos de 25 anos, 89,8% possuem a idade de 25-34 anos, 92,2% possuem a idade de 35-44 anos, 86,8% com idade entre 45-54 anos e 63,4% com idade entre 55-64 anos e 11,5% com 65 anos ou mais. Podemos concluir com os dados acima que tanto no ano de 2019 e 2018, a faixa etária 25-34 anos representa um percentual bastante significativo da taxa de atividade entre os anos, seguindo da faixa de idade de 35-44 anos.

Ainda sobre Portugal, com relação ao indicador população desempregada à procura de novo emprego, total e por profissão, podemos descrever que registramos em 2011, 588,2 indivíduos por milhares. Em 2019, temos cerca de

278,9 indivíduos por milhares. Também podemos identificar nos dados apresentados que no total, existem 380,7 indivíduos, sendo distribuídos, conforme a atividade que realiza. As atividades- Pessoal, dos serviços e vendedores é a que se teve maior número de pessoas no período de 2017 a 2019, com destaque para o ano de 2017, com cerca de 93,1%. As atividades- Operários, artífices e trabalhadores similares, temos o menor número de pessoas, principalmente no ano de 2019, com 4,7%. Em quase todas as atividades há um decréscimo no número de pessoas ao longo dos anos de 2017 a 2019, com exceção das Atividades-Técnicos e profissionais de nível intermédio, que comparando com o ano de 2017, em 2018 caiu e em 2019 voltou a crescer.

Os estudos de género têm mostrado que homens e mulheres não podem ser considerados como categorias duais e internamente homogéneas. Assim, classe, etnia, orientação sexual, idade e geração, condição de deficiência, contexto nacional e global constituem fatores contextuais que condicionam os modos de viver no masculino e no feminino.

Na década de 1980 do século XX a participação das mulheres no emprego em Portugal apresentava algumas diferenças em relação aos países mais desenvolvidos da Comunidade Económica Europeia (CEE), quer aos outros países da Europa do sul. Com os primeiros países, os mais desenvolvidos eram elevados os índices de participação das mulheres na atividade económica e, com os países da Europa do Sul, os índices eram menores de segregação das estruturas do emprego em função do sexo (Ferreira, 1993). Apesar de Portugal já ser um país industrializado, não manifestava a tendência identificada na literatura para o aumento da rigidez da divisão sexual do trabalho (Bradley, 1989). Embora evidente, a segregação sexual do emprego era menor do que em outros países.

Em Portugal, o desenvolvimento deu-se num período em que nos países avançados se dava início à desindustrialização e à travagem do crescimento das grandes cidades. Hoje, defende-se frequentemente a ideia de que as estruturas sociais menos atomizadas e os modelos organizacionais menos taylorizados se adaptam mais facilmente às novas exigências do desenvolvimento. Os “late comers” podem, nesta perspectiva, não ter só desvantagens e, podem, além disso, aprender com as experiências dos “first comers”. Toda esta constelação de

situações, reforçada ainda pelo conjunto de ações promotoras da igualdade de oportunidades levadas a cabo no âmbito do cumprimento de diretivas e programas estabelecidos pela CEE, pode conduzir a uma menor segregação sexual da estrutura de emprego em Portugal (FERREIRA, 1993: 255-256).

Neste artigo iremos apresentar dois estudos de caso realizados no Brasil, no Condomínio Urupiara, localizado na cidade de Alagoinhas, no estado da Bahia/Brasil e o estudo localizado no Condomínio Volterra, na cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de janeiro/ Brasil. Este estudos são exemplos de trabalho precarizado entre as mulheres que vivem a pauperização feminina quando são observadas as categorias sexo, renda, trabalho, classe e escolaridade. Essa contextualização serve de mote para uma análise com enfoque nas desigualdades sociais no Brasil e em Portugal, votando particular atenção à precarização do trabalho feminino.

O trabalho precarizado feminino é determinante nos países do sul global, como é o caso do Brasil, que resultam nas desigualdades sociais infinitas, com as populações vivendo nas grandes metrópoles sem condições mínimas de habitabilidade e de vida, além da ausência de oportunidades de emprego. Também registramos em Portugal, embora as desigualdades sociais sejam menores. A maioria da população vive de empregos temporários, informais, autônomos, e de baixos salários, principalmente as mulheres.

Apesar das desigualdades sociais no Brasil, segundo dados do IBGE (2010) terem sido reduzidas, a situação das mulheres pouco mudou. Elas são subrepresentadas. A inserção do trabalho qualificado fica para o homem.

A realidade do mundo do trabalho no Brasil ainda indica obstáculos históricos impostos à participação das mulheres e das mulheres negras em particular. Enquanto os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividades superiores, as das mulheres. Isso significa dizer que, de cada 10 mulheres, 4 não conseguem se colocar disponíveis para uma ocupação no mercado de trabalho, dificuldade ampliada ao considerarmos a realidade das mulheres negras.

É possível perceber uma nítida separação entre homens e mulheres. Os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividades superiores, ao das mulheres de ambos os grupos raciais.

A pirâmide da escolaridade no Brasil revela primeiramente que às mulheres brancas possuem uma maior escolaridade. Os homens brancos estão em segundo lugar, e por último, as mulheres negras e homens negros. O nível de escolaridade permite que as mulheres possam ingressar no mercado de trabalho mais qualificado, embora comparado ao homem, ele a supera.

Os indicadores mostram que a população economicamente ativa (PEA) feminina aumentou consideravelmente no período 1995-2005, assim como as taxas de atividade e os percentuais femininos no conjunto dos trabalhadores. Em 2005, mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho e mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino. Mesmo assim, as mulheres ainda estão longe de atingir as taxas masculinas de atividade, superiores a 70%.

O processo de feminização do mercado de trabalho parece estar se esgotando. Ao longo do período de 2004 a 2014, a taxa de atividade feminina oscilou muito pouco, tendo alcançado seu teto, 59%, em 2005, para depois, em 2011, cair a 56%. No último ano, este valor foi de 57%, inferior ao do início da série. Se voltarmos a 1995, ou seja, vinte anos atrás, é possível perceber que a taxa de atividade para mulheres era de 54,3%, menos de 3 pontos percentuais em relação à taxa de 2014, o que parece indicar um limite de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Este limite muitas vezes é decorrente do processo de desemprego vir crescendo no país nos últimos anos, que atinge primeiro as mulheres, demonstrando, que, a feminização do trabalho é desigual e determinante para a desigualdade social.

A participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-1970. Em sentido inverso, a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração é, em grande medida, mais acentuada.

A alta escolaridade das mulheres é uma conquista a ser considerada, na medida em que pode protegê-las da não-atividade e do desemprego, mas, por outro lado, as desigualdades de remuneração entre homens e mulheres aumentam quanto maior é o nível de escolaridade. Deste modo, o desafio para as mulheres mais escolarizadas é o de participar de forma equitativa nas carreiras e

ocupações consideradas tradicionalmente masculinas.

No que diz respeito aos menores salários, a mulher é a que sempre obtêm estes salários. Os homens por sua vez, recebem maiores salários. Ambos, homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentram-se em faixas distintas de salários, apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo. Portanto, nas mesmas funções existem diferenças de salários para homens e mulheres.

O número de mulheres ocupadas no Brasil sofre a precarização do trabalho na questão geográfica. O trabalho feminino é bem superior na região sudeste do Brasil em comparação com a região nordeste, onde se localiza o Condomínio Urupiara, o nosso objeto de estudo, localizado no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. O motivo da diferença do trabalho feminino da região sudeste comparado com a região nordeste, se refere a uma economia mais dinâmica na primeira região, a sudeste. No Brasil podemos observar que no período industrial ocorreu o fenômeno da migração das pessoas da região nordeste para a região sudeste, visando trabalho e melhores salários e condições de vida (habitação, educação, lazer).

2 O TRABALHO NUMA VISÃO SOCIALISTA NO BRASIL

As rápidas e profundas transformações do sistema capitalista em curso estariam induzindo à formação de um consenso, ou próximo disso, quanto a necessidade de adaptação do direito trabalhista nacional às demandas de maior produtividade e competitividade. Segundo uma interpretação, que estaria se aproximando de um senso comum, a inserção internacional do Brasil no processo de globalização estaria sendo dificultada, senão obstada, pela rigidez da regulamentação das relações de trabalho. Neste sentido, define-se o direito de trabalho como incapaz de atender as demandas e dinâmica do mercado.

O Brasil Contemporâneo tem a quinta maior população e a quinta maior extensão territorial entre os países do planeta, enquanto o PIB oscila entre o sétimo e o nono lugar.

Em 1920, cerca de (35%) da população brasileira trabalhava em trabalho recíproco e mundialmente era de (29%). Em 1950, o trabalho mercantilizado era de (22%) e (42%) de trabalho recíproco no Brasil, relacionados com a herança da

escravidão. Com relação aos trabalhadores assalariados, existia cerca de (17%) de trabalhadores. Comparando com os países da América do Sul, eram cerca de (19%). Os trabalhadores e trabalhadoras autônomas, eram maior em outros países da América do Sul (12%) e no Brasil, apenas (3%). No ano 2000, no Brasil, a população trabalhando em trabalhos mercantilizados era de (32%,) no mundo era de (41%) e nos países sul-americanos era de (35%.) Com relação aos trabalhadores assalariados, no mundo era de (26%,) no Brasil era de (26%) e na América do Sul, (23%). Com relação ao trabalho recíproco eram: no mundo (10%), na América do Sul (7%) e no Brasil (10%).

No século XX, em 1920, ocorreu um novo censo demográfico no Brasil. A transformação mais importante foi com relação ao trabalho mercantilizado para o mercado com povos escravos, que desapareceu. O trabalho mais evidente é o trabalho recíproco no grupo doméstico (35%). Essa evidência se deve ao processo do campesinato, relações de trabalho apenas parcialmente assalariadas, como a parceria, a meação e outras. As relações de trabalho mercantilizado para o mercado (17%) e os que não trabalhavam (47%).

O neoliberalismo, atual corrente hegemônica, defende a desregulamentação, a flexibilização e eliminação de grande parte dos direitos trabalhistas, por considerar que seriam mecanismos para o ajuste à competividade e ao crescimento das empresas, premissas para o desenvolvimento da economia e da melhoria do nível de vida nacional. Tais medidas seriam justificadas por permitirem afrouxar, eliminar, ou adaptar, de acordo com o caso, a proteção trabalhista clássica, para aumentar o emprego, a inversão ou a competividade internacional. Apesar da organização corporativista da estrutura sindical, e ao contrário da afirmação corrente sobre a rigidez, a legislação sobre o mercado de trabalho não existiria efetivamente, posto que a lei no. 5.105 de 13/09/1966 que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) teria liquidado com o pouco que havia de restrição ao poder dos empregadores.

O novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter “neutro” na perspectiva da luta de classes. A precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. É

nesse contexto que as estratégias sindicais neocorporativas, são expressões da debilitação da solidariedade de classes, intrínsecas a fragmentação das negociações coletivas, provocadas pela nova ofensiva do capital na produção.

Com relação ao trabalho das mulheres, a população economicamente ativa (PEA), apresenta as mulheres como maioria, tendo a distância entre os gêneros crescido ao longo dos anos. IBGE (2010). Dentre os 50 anos, a população brasileira urbana cresceu em 633,4%. Em 1950, a taxa era de 36,1%, em 2000, era de 81,25 e em 2010, era de 84%. As mulheres estiveram sempre subrepresentadas. Entretanto, na PEA há um aumento considerável de trabalho feminino.

A nova **Reforma Trabalhista** é uma das grandes mudanças para empregados e empregadores dos últimos tempos. Muito discutida e com grandes alterações em seus pontos, a Reforma Trabalhista ainda gera diversas dúvidas entre os componentes da relação de trabalho. A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) é um grande guia para empresas e indivíduos, afinal, é nela que estão descritos todos os direitos e deveres de patrão e empregado e elas devem ser seguidas para que não existam problemas judiciais. A nova reforma trabalhista fere as normas e regras da Consolidação das Leis de Trabalho, que foi uma das grandes conquistas para que trabalhadores assegurem seus direitos e não saiam prejudicados nas suas relações com empregadores.

3 O TRABALHO NUMA VISÃO SOCIALISTA EM PORTUGAL

O mundo do trabalho ao longo dos anos vem sofrendo transformações do trabalho assalariado, no setor de serviços, com a heterogeneização do trabalho. Introduz o continente feminino no mundo operário, vivencia-se uma subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado, onde trabalhadores imigram para os países de primeiro mundo, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para periferia. Em consequência, ocorre o desemprego estrutural.

Marx coloca a crise da sociedade do trabalho, com o trabalho concreto e abstrato. Para ele, há um questionamento se com o trabalho concreto e útil, se produz valores de uso (Marx, 1971). Para ele, de um lado tem-se o caráter útil do

trabalho, relação entre o homem e a natureza. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, em sua dimensão qualitativa. Deixando de fora o caráter útil do trabalho, temos o trabalho humano abstrato. O trabalho concreto (Work) cria valores socialmente úteis. O trabalho alienado (labour) expressa a execução cotidiana do trabalho.

Compreender a classe trabalhadora significa perceber o significado da feminização do trabalho. Cerca de 40% ou 50% da força de trabalho em diversos países, que se tem absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho parcial, precarizado e desregulamentado.

O golpe militar de 25 de abril de 1974 em Portugal abre portas à entrada em cena de milhões de trabalhadores, iniciando uma situação revolucionária em Portugal de tipo democrático. São as lutas pelas liberdades democráticas, o ódio à ditadura, que determinam a entrada em cena dos trabalhadores e sectores intermédios da sociedade, contra, aliás, as ordens da própria direção militar que tinha posto fim à ditadura, o MFA (Movimento das Forças Armadas)

Portugal, pela revolução, tornou-se um país menos desigual. Os direitos institucionalizados neste período cobrem todo o espectro: saúde, educação, direitos laborais, segurança social. E em 1976 é aprovada a nova Constituição com um amplo conjunto de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais sem paralelo com as Constituições anteriores.

Nos finais do século XIX, Portugal investe em infraestruturas, pela atenuação das assimetrias regionais e pela modernização do sistema de transportes e comunicações, particularmente com o lançamento das ferrovias e trens que passaram a circular a partir de 1865.Neste final de século houve um aumento da população portuguesa (42%), porém neste período houve também o fenômeno migratório. Portanto, persistem nesta época, assimetrias devido a industrialização, ao êxodo rural, ao crescimento dos centros urbanos. Também ocorreu a crise na agricultura, a diminuição de remessas oriundas do Brasil e o ultimato inglês, que marca a entrada no século XX.

Segundo Martins, a vinicultura tinha um papel crucial na economia nacional, na virada do século XX, A crise que afeta a sua produção teve repercussões no mercado de trabalho, devido ao empobrecimento e a falência de muitos pequenos vinicultores, que acabam em transformar em trabalhadores assalariados. Na

última metade do século XIX, há um grande peso da agricultura de subsistência, uma incipiente mecanização, a prevalência de pequena propriedade, a tendência para a autossuficiência familiar, a policultura. A maioria, eram pequenos proprietários rurais, pequenos rendeiros e assalariados, que trabalhavam em terras de outrem, mediante contratos de arrendamento ou de aforamento.

Assim, entre as finais do século XIX e início do século XX, as relações laborais em Portugal, são fortemente condicionadas pelo período de crise que assinala o fim do século a partir de 1880. Essa crise diminui as condições de vida dos portugueses, principalmente na área urbana, com os desempregados. Então, as três características do mercado de trabalho são: mobilidade, diversidade e irregularidade do trabalho assalariado.

Um estudo realizado no Centro de Estudos Sociais sobre as classes sociais na sociedade portuguesa, dão-nos uma imagem da população ativa, dos seus níveis de qualificação e condições de trabalho, da influência que possuem nas decisões, do grau de autoridade e dos níveis das credenciais escolares, no período de 1997. A comparação dos resultados com outros países (EUA, Suécia e Espanha), permitiu observar que Portugal possui o maior peso percentual do segmento designado por proletários, com 46,5%. Por outro lado, a distribuição das outras categorias da classe média (assalariados com vários níveis de qualificação e de autoridade), mostrou o baixo peso percentual de gestores, supervisores e trabalhadores semiqualificados, situação mais notória no caso das empresas privadas (ESTANQUE, 1998).

Os resultados do estudo destacam-se as posições da classe média, que já eram pouco representativas, desapareceram na região da Zona da Madeira. As categorias qualificadas quase são residuais, oscilando entre 0,3% a 0,7%, enquanto a categoria proaria aumenta drasticamente para 60,2% quando comparada com os 46,5% a nível nacional (ESTANQUE, 1998).

Segundo um estudo realizado em 2002, Portugal é um país (ao lado do Brasil) onde estão mais presentes ideias de que as desigualdades existem porque beneficiam os ricos e poderosos (CABRAL, 2002). Este indício deixa antever que o aumento da precarização e flexibilização das relações laborais (o peso dos contratos a prazo, a subcontratação, o trabalho no domicílio e todo um conjunto de formas atípicas do trabalho), está a contribuir para acentuar novas formas de

poder discricionário, novos despotismos, exclusões e formas de opressão no trabalho (ESTANQUE, 2004).

Em Portugal, os dados do Pordata (2019) apontam que existe cerca de (79,3%) da população ativa no total da população em idade ativa. Os dados sobre população ativa: total e por grupo etário, podemos verificar que existem mais pessoas economicamente ativas, na faixa etária de 35 a 44 anos, no ano de 2017.Observamos ainda que no período de 2017 a 2019, houve um crescimento pequeno de pessoas economicamente ativa em todas as faixas de anos.

Referente a população ativa total e por nível de escolaridade completa inferem que existe maior número de pessoas no ensino básico.

Com relação ao indicador população desempregada à procura de novo emprego, total e por profissão, registramos em (2011), 588,2 indivíduos por milhares e em (2019), cerca de 278,9 indivíduos por milhares. Também podemos identificar que a atividade- Pessoal dos serviços e vendedores é a que se teve maior número de pessoas no período de 2017 a 2019, com destaque para o ano de 2017 (93,1). A atividade- Operários, artífices e trabalhadores similares, temos o menor número de pessoas, principalmente no ano de 2019 (4,7). Em quase todas as atividades há um decréscimo no número de pessoas ao longo dos anos de 2017 a 2019, com exceção da atividade- Técnicos e profissionais de nível intermédio, que comparando com o ano de 2017, em 2018 caiu e em 2019 voltou a crescer.

4 ESTUDO EMPÍRICO- RESIDENCIAL URUPIARA

Descrevemos a seguir os dados do Autorecenseamento realizado no Condomínio Urupiara, objeto de estudo empírico, sobre as categorias trabalho, sexo, escolaridade, renda.

No Empreendimento Urupiara, com relação a categoria sexo, demonstramos que os moradores são, em sua maioria, formados por mulheres, com cerca de 774 pessoas, representando cerca de 53,64%. Entretanto, existe uma pequena margem de diferença comparada com os homens, por estes representarem 669 pessoas e cerca de 46,36% dos moradores. Muitas dessas mulheres são chefes de família.

Podemos apontar que as faixas etárias que representam a maioria dos

moradores, são de 25 a 35 anos, onde contêm cerca de 306 pessoas e um percentual de 19,91%. Podemos concluir que os moradores, em sua maioria, são moradores jovens e que se encontram na faixa da população economicamente ativa.

Na categoria escolaridade, observamos que, em sua maioria, que os moradores possuem ensino médio completo, com 338 pessoas e cerca de 26,24%. Portanto, é uma comunidade com um regular nível de escolaridade, que por sua vez, poderá ter um melhor nível de compreensão e conhecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos e também poderão ter melhor inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito a situação da categoria trabalho, verificamos através dos dados que, grande parte dos moradores são assalariados com registro, representando 268 pessoas, e cerca de 24,84% dos moradores. Entretanto, existem ainda moradores autônomos, que exercem seu trabalho sem nenhum vínculo trabalhista. Dentro desta categoria, encontramos moradores desempregados, com um índice bastante expressivo, de 11,68% e muitos deles não possuem outra fonte de renda.

A faixa de renda dos moradores em sua maioria, possuem renda de até 1 S.M. Se observarmos todo os dados, cerca de 68,62% possuem renda de até R$ 1.245,00. Portanto, o nível de renda é muito baixo para esses moradores.

Podemos apontar alguns problemas para esses moradores após a mudança para a nova moradia: 1) Distância do centro da cidade e de seus trabalhos; 2) sem a prestação de serviços de saúde, educação, transporte, saneamento, suficientes, que possam atender esses moradores, além dos que já residem nestes lugares.

No Residencial Urupiara existe também a falta de atendimento à população com relação aos serviços públicos, como creche, escolas, posto de saúde. Só existem esses serviços em outro bairro próximo ao Empreendimento e, por sua vez, estes serviços não podem mais absorver esses moradores. Portanto, eles têm que se deslocar para o centro da cidade.

5 ESTUDO EMPÍRICO- CONDOMÍNIO VOLTERRA

Diante da realidade onde o universo feminino é predominante no

Condomínio Volterra, destacamos o papel social que é atribuído a essas mulheres beneficiárias. Além de serem chefes de família, algumas exercem atividades profissionais, e tem ainda que exercer atividades domésticas, manifestando claramente que o sexo feminino ou identidade sexual feminina, tem uma dupla jornada de trabalho, devido ao sistema patriarcal que é imposto pela sociedade.

Nos últimos anos verifica-se a presença da mulher como chefe de família nas habitações localizadas em áreas pobres. Nos Empreendimentos habitacionais financiados com recursos do Programa MCMV, este fato se repete, na maioria dos imóveis construídos nas grandes cidades brasileiras, principalmente. Portanto, a mulher exerce um duplo papel do trabalho em casa (doméstico) e trabalho na rua (atividade profissional), para o sustento da família.

No estudo empírico realizado com os beneficiários que residem no Condomínio, verificamos a quantidade de pessoas residentes nos apartamentos, considerando a matricialidade sociofamiliar como parâmetro. Quando nos dirigimos a pergunta ao entrevistado, denota-se que a maioria dos imóveis são ocupados por uma a três pessoas, cerca de 52,97%, ou seja, 98 imóveis, seguidos de quatro a seis residentes, cerca de 40%, ou seja, 74, imóveis e nos casos de mais de seis pessoas, notamos um grande número de mulheres que possuem mais de três filhos, cerca de 7,03%, ou seja, 13 pessoas e residem com suas irmãs ou amigas. Também identificamos residindo nos imóveis, mães solteiras.

No que se refere a idade das pessoas que residem nos imóveis, identificamos que cerca de 41,62%, ou seja, 77 das pessoas, possuem a idade entre 36 a 59 anos. Também na faixa etária de 26 a 35 anos, encontramos um percentual de 24,86%, ou seja, 46 pessoas e entre 18 a 25 anos, um percentual de 21,08%, ou seja, 39 pessoas. Portanto, na idade ativa para o trabalho, existe um percentual muito alto de pessoas que residem no Condomínio, representando cerca de 87,56%, ou seja, 162 pessoas.

Sobre a categoria escolaridade, podemos citar que cerca de 44,86%, ou seja, 83 dos beneficiários possuem o ensino fundamental incompleto. Cerca de 21,08%, ou seja, 39 possuem o ensino fundamental completo.

Ainda podemos falar sobre a categoria Educação, que 14,05%, ou seja, 26 dos beneficiários possuem o ensino médio incompleto e cerca de 14,59%, ou seja, 27 beneficiários possuem o ensino médio completo. Cerca de 3,78% dos

beneficiários possuem ensino superior incompleto, ou seja, 7 pessoas e 3 pessoas, ou seja, 1,64% possuem ensino superior completo.

Durante o estudo foi possível identificar a existência de escolas no entorno do Condomínio. Portanto, um trabalho para o reingresso dos beneficiários a escolas é mais factível por existirem as instituições de ensino. Precisa ser averiguado se essas escolas podem absorver novas demandas de alunos.

Analisando as diferentes expressões da questão social dos beneficiários do Condomínio Volterra, identificamos um percentual significativo na categoria Raça. Identificamos na pesquisa que cerca de 34,9%, ou seja, 64 são beneficiários que se declararam pretos; 46,2%, ou seja, 86 beneficiários se declararam pardos. Cerca de 16%, ou seja, 29 beneficiários se declararam brancos e apenas 2%, ou seja, 4 beneficiários se declararam amarelos e 0,9%, ou seja, 2 dos beneficiários se declararam indígenas. A partir destes dados constatamos que em comunidades pobres, a maioria das pessoas que ali residem se declaram como pessoas negras ou pardas, pois somando o percentual das duas raças, temos cerca de 81,1% de beneficiários pretos ou pardos.

Em relação as condições de trabalho e empregabilidade dos beneficiários entrevistados, notavelmente quanto aos reflexos decorrentes dos quesitos de escolaridade supracitados, entram em evidência, quando nos referimos as oportunidades de vínculo dos beneficiários a atividades laborais, para aqueles que possuem uma baixa escolaridade.

Queremos colocar que no Condomínio Volterra, os beneficiários que estão disponíveis no mercado de trabalho representam cerca de 54,05% dos entrevistados, ou seja, 100 beneficiários. Portanto, representam a maioria dos beneficiários originários dos imóveis. Deste total, os que se encontram realizando atividades formais com carteira assinada representam apenas cerca de 16,1%, ou seja, 30 beneficiários. Os que estão expostas a condições de trabalho informais, são a maioria dos beneficiários e representam cerca de 37,95%, ou seja, 70 beneficiários. Destas pessoas, destacamos que cerca de 98%, ou seja, 98 beneficiários não são sindicalizadas e não possuem algum conhecimento do papel dos movimentos dos trabalhadores sindicais para o benefício dos mesmos.

Quando comparamos a categoria cor, com a categoria trabalho, verificamos que a maioria dos beneficiários são de cor preta ou parda, cerca de 81,08%, ou

seja, 150 beneficiários. Podemos constatar que possivelmente a taxa de desemprego e os trabalhos informais podem ter relação com a cor do beneficiário, associado a outra categoria escolaridade, pois em grande maioria, ou seja, cerca de 65,94%, ou seja, 122 dos beneficiários possuem ensino fundamental incompleto ou completo.

Ainda registramos cerca de 38,6%, ou seja, 71 beneficiários que declararam que não exercem alguma atividade laboral. Verificamos que cerca de 5%, ou seja, 10 beneficiários são aposentados e 2,75%, ou seja, 5 beneficiários são microempreendedores. Estes dados sobre a categoria trabalho convergem com os dados sobre idade da maioria dos beneficiários do Condomínio, que se encontram em idade da população economicamente ativa. Apresentamos estes dados no Gráfico 9 acima.

Sobre as profissões apresentadas no estudo, destacamos que os beneficiários, em grande maioria exercem as seguintes atividades: Costureira, Comerciante, Diarista, Auxiliar de Serviços Gerais, Manicure, Reciclador e Pedreiro.

Com relação a categoria Renda, cerca de 98 beneficiários, ou seja, 53%, possuem uma renda de até 1 salário mínimo. Até 3 salários mínimos, representaram cerca de 47,0%, ou seja, 87 beneficiários

Com relação aos dados sobre os Programas Sociais do Governo Federal, podemos descrever que cerca de 83,6%, ou seja, 154 dos moradores, são beneficiários do extinto Programa do Bolsa família e apenas 9%, ou seja, 17 dos beneficiários foram contemplados no auxílio emergencial, em detrimento da pandemia da COVID-19. Cerca de 5%, ou seja, 10 dos beneficiários recebem alguma renda proveniente de outros programas sociais e 2,4%, ou seja, 4 beneficiários vivem do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Podemos concluir com estes dados que no Condomínio existem muitos beneficiários que vivem com a renda do extinto Programa Bolsa Família e complementam sua renda com alguns trabalhos formais, informais ou temporários.

Podemos concluir que os beneficiários, estão em sua maioria, numa idade de população economicamente ativa (18 a 59 anos). Uma parte da população possui emprego com carteira assinada. Entretanto, por possuírem uma baixa escolaridade, em sua maioria (ensino fundamental), dificulta o acesso a atividades

mais qualificadas. Além de interferir na renda dos mesmos, tendo em vista que os beneficiários que exercem alguma atividade recebem uma renda muito baixa, de até (1 S.M). Muitos beneficiários sobrevivem com os recursos que recebem do antigo Programa Bolsa Família ou do antigo Auxílio Emergencial do Governo Federal, devido a pandemia da COVID 19. Alguns beneficiários exercem atividades temporárias, para complementar sua renda. Uma outra parte que não possui emprego permanente ou não exercem atividades temporárias, encontraram uma forma de subsistência, através de um pequeno comércio local, dentro da sua unidade habitacional, como a venda de objetos.

Podemos dizer com estes dados que a realidade da maioria das áreas pobres, é de um contingente de pessoas que possuem trabalhos informais, temporários, parciais e sem nenhum benefício social. E ainda não sendo sindicalizados, também não tem uma categoria de classe que possa orientá-los sobre as questões laboraisNo

6 CONCLUSÕES

Segundo Fernandes (1975), no Brasil, a expansão monopolista manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofundou as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que vem favorecendo a concentração de renda, prestígio e poder ao nível social, étnico e regional.

Aquela expansão redundou numa forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado capturado historicamente pelo bloco do poder assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas; e na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, antecipando-se às pressões populares e realizando mudanças para preservar a ordem.

Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares e no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1989, p. 122). Esta estratégia se atualiza hoje tanto na criminalização da questão social, quanto na decisiva interferência do Estado na estruturação de políticas

anticíclicas para o capital na contramão das necessidades da maioria.

O processo de criação de igualdade de oportunidades implica extinção de privilégios, de discriminação, de preconceitos racial, econômico e de sexo presentes na sociedade, quase sempre tolerados pelo Estado. A existência desses condicionantes, em si, constitui barreiras limitadoras de mobilidade econômica de grupos sociais (MILLER, 1996). Nesse caso, o Estado, ao invés de permitir privilégios e preconceitos, deveria coibi-los, criar e discricionar equitativamente as oportunidades de crescimento socioeconômico das pessoas de modo a garantir condições de igualdade de oportunidades a todos.

A educação de qualidade é considerada suficiente para criar condições de oportunidades na redução das desigualdades sociais, porém, devido aos elevados níveis de desigualdades sociais e econômicas do Brasil, os efeitos lentos das atuais políticas de redistribuição de renda, as enormes diferenças econômicas regionais, a educação somente não é suficiente para reduzir significativamente as desigualdades. Na velocidade, o problema exige, e, se for, levará muito tempo, cinco ou mais gerações para equilibrar o processo de desenvolvimento econômico com justiça social.

Daí a necessidade de combinar várias políticas com a educação para acelerar a redução das desigualdades, tais como: política de valorização do salário dos trabalhadores; investimentos e melhorias na educação; política de geração de emprego qualificado e renda; política de saúde com atendimento prioritário aos setores menos favorecidos; aproveitamento dos nichos de desenvolvimento econômico; e, principalmente, uma política de desenvolvimento e crescimento econômico associada à justa política de (re)distribuição de renda.

No que diz respeito as mulheres que residem nos Condomínios Urupiara e Volterra, uma parte, são as que possuem empregos com carteira assinada, emprego considerado formal no Brasil, mulheres assalariadas. Todavia, o nível de renda é muito baixo, com até dois salários mínimos, mesmo tendo muitas delas curso médio ou superior, sendo chefes de famílias. Em sua maioria, as mulheres trabalham em empregos part-time, temporários, informais. Algumas delas, nem se quer possui alguma renda, vivendo de Programas de Transferência de Renda do Governo Federal do Brasil. Combater mais rapidamente a pobreza, a extrema pobreza e favorecer uma expressiva diminuição das desigualdades sociais e

econômicas dessas famílias, exigem medidas de aprofundamento das políticas sociais, maior participação da sociedade e transição de um Estado de benefícios e transferências de renda para um Estado de bem-estar social. A renda se torna determinante para a redução das desigualdades sociais. Entretanto, a prestação dos serviços públicos é essencial para diminuir também os índices de pobreza.

Em Portugal, a situação do mundo do trabalho para as mulheres é um pouco melhor que no Brasil. Entretanto, a maioria das mulheres trabalham em empregos part-time, temporários, contratos verdes, com renda inferior, se comparada a renda dos homens.

Muitas destas mulheres, que vivem a precarização do trabalho, com trabalhos muitas vezes domésticos, em tempo parcial, desqualificado, vem a se acentuar com a falta de trabalho, ou com as diferentes formas de trabalhos (informais, part-time), que por sua vez, reforçam as desigualdades sociais entre as mulheres.

Esta precarização do trabalho feminino resulta na pauperização feminina. Ela é marcante na sociedade brasileira, apesar do Brasil ser um país considerado rico. As mulheres que se encontram na idade da População Economicamente ativa, muitas delas estão sem trabalho, e quando o possui, são trabalhos informais, precários, trabalhos domésticos, Além do trabalho na rua, existe o trabalho na casa, com afazeres domésticos. Entretanto, a dupla jornada difícil é enfrentada por elas. As mulheres têm que irem em busca de trabalho vivo, que lhe dê valor, em troca de recursos, para o sustento da sua prole.

Segundo pesquisa realizada pela OXFAM (2021) sobre a situação da pobreza no Brasil, podemos relatar que no começo de 2021, cerca de 12,8% da população do país, ou quase 27 milhões de pessoas, sobreviviam com uma renda per capita menor que R$ 246,00 por mês, limiar de pobreza segundo o critério-base do Banco Mundial — aproximadamente o rendimento de R$ 8,20 por pessoa/dia.

Concluímos então que a condição humana sem direitos se quer a vida, nos transporta para o que é de mais necessário, a verdadeira transformação social para uma vida com sentido. A Precarização do Trabalho nas Relações Sociais de Sexo é um fator determinante para a pauperização feminina, tendo em vista que as mulheres são em maioria na sociedade, são as mais exploradas e as que tem

menor renda

Brasil e Portugal guardam diferenças importantes no que concerne ao sistema de relações laborais. Embora ambos os países tenham experimentado situações de corporativismo, as suas modalidades apresentam diferenciações consideráveis. Um corporativismo que convive com período de liberdade política, por um lado, e um corporativismo marcadamente fascista, por outro. Enquanto em Portugal este sistema foi desmantelado com uma revolução política em 1974, que produziu um rearranjo na relação entre as classes sociais fundamentais. No Brasil o sistema cooperativista persiste em aspectos-chave da organização sindical, a despeito da Constituição de 1988 que consagrou a necessidade da sua revisão (ESTANQUE, 2004).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?-**ensaio as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho., São Paulo, Cortez,16. Edição, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação. .São Paulo, Boitempo, 2009.

BRAGA, Rua A Rebeldia do precariado. Trabalho e Neoliberalismo no sul Global. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

CAMPELO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. Saúde Debate, Rio de Janeiro, V. 42, N. Especial 3, P. 54-66, novembro 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo, Editora Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Relações Sociais de Sexo, "Raça/Etnia e Classe"**: Uma análise demanda. e feminista materialista. Revista temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul. /Dez. 2014.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1975.

FERREIRA, Virginia. **Padrões de Segregacação das Mulheres no Emprego**- Uma Análise do Caso Português no Quadro Europeu. Edicoes Afrontamento, CES,1993.

FERREIRA, Virgínia. **Trabalho, Igualdade e Diálogo Social**. Estratégias e desafios de um percurso. Estudos 9, Comissão para a Ihualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), 2013.

GUERRA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global,** São Paulo Editora Boitempo, ,2017.

IAMAMOTO, Marilda. **O Brasil das desigualdades**: "questão social", trabalho e relações sociais. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

LUKÁKS. **Ontologia do ser social**. Os princípios Ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, Livraria editora Ciências Humanas. 1979.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular., 2008 p. 47. LUKÀCS, Gyorgy. O jovem Marx, p.167.

MARX, Karl, **O Capital**. São Paulo, Edição Compacta. Centauro Editora, 2005.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul. /dez. 1990, p.5.

OLIVEIRA, Francisco. **Desigualdade Social**. Uma trajetória de insistência no Brasil.VII Jornada internacional de Políticas Públicas. Universidade federal do

Maranhão, São Luís, agosto/2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiova. **O poder do macho: Rearticulando gênero e classe social**.; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.